

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Curso de Pedagogia

AMANDA DE ALBUQUERQUE QUEIROGA

**PRÁTICA COTIDIANA DO SUPERVISOR ESCOLAR:
UMA ANÁLISE**

João Pessoa - PB

2013

AMANDA DE ALBUQUERQUE QUEIROGA

PRÁTICA COTIDIANA DO SUPERVISOR ESCOLAR: UMA ANÁLISE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como requisito parcial para a obtenção do título de pedagogo.

Orientador: Prof. Dr. Galdino Toscano de Brito Filho

João Pessoa - PB

2013

Q3p Queiroga, Amanda de Albuquerque.

Prática cotidiana do supervisor escolar: uma análise / Amanda de Albuquerque Queiroga. – João Pessoa: UFPB, 2013.

46f.

Orientador: Galdino Toscano de Brito Filho

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Supervisão escolar. 2. Cotidiano escolar. 3. Desafios. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37 (043.2)

AMANDA DE ALBUQUERQUE QUEIROGA

PRÁTICA COTIDIANA DO SUPERVISOR ESCOLAR: UMA ANÁLISE

Trabalho de Conclusão de curso aprovado em: ____/____/____.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Galdino Toscano de Brito Filho, UFPB
Orientador

Profa. Dra. Mônica Dias Palitot, UFPB
Membro da Banca

Profa. Dra. Maria do Socorro Nascimento, UFPB
Membro da Banca

À DEUS, que me deu forças e me
permitiu seguir essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e pelas inúmeras dádivas a mim proporcionadas, abrindo portas e mostrando que tudo que acontece na nossa vida tem um propósito;

Aos meus pais, Antonio e Ana Amélia, meu irmão André e Vovó Dorinha, por todo amor, carinho e cuidados comigo, por sempre me darem forças, me ajudando em tudo que fosse necessário para alcançar meus objetivos;

À Rommel, pelo amor, carinho e incentivo em todos esses anos, acreditando sempre no meu potencial;

À Universidade Federal da Paraíba, pelas oportunidades de estudos, pesquisa, ensino e extensão vivenciados nessa Instituição, que me permitiu uma formação e crescimento intelectual, pessoal e profissional;

Ao meu orientador, Professor Galdino Toscano de Brito Filho. Sua atenção, dedicação e compromisso com a educação é um grande exemplo de inspiração e motivação.

À equipe da Coordenação do Curso de Pedagogia que sempre me ajudaram nesta longa caminhada;

Aos grandes professores deste curso que tive o prazer de ser aluna, obrigada por dividir seu conhecimento e me mostrar o quanto é bom ser professor;

A todos que contribuíram direta e indiretamente nesta minha caminhada, meu mais sincero e profundo MUITO OBRIGADA!!

“Um público comprometido com a leitura é crítico,
rebelde, inquieto, pouco manipulável e não crê em
lemas que alguns fazem passar por ideias”.

Mário Vargas Llosa

RESUMO

Vivencia-se a cada dia a dinâmica evolutiva do ser humano em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, o mundo se transforma constantemente. As inovações surgidas apresentam situações inesperadas e surpreendentes que demandam organização, interesse e sabedoria para enfrentá-las. Trazendo essa ponderação ao ambiente escolar, percebe-se que gestores, técnicos em educação e professores encontram-se cotidianamente com situações que necessitam ser definidas e, na maioria das vezes, questionando suas ideias, conhecimentos e valores. Esta pesquisa objetiva analisar as atividades desenvolvidas e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana na escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa. O caminho metodológico desenvolvido foi de cunho qualitativo, de caráter descritivo. Foi desenvolvido um estudo de caso único, que teve como sujeitos de pesquisa os supervisores escolares de uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa. Ao investigar a respeito das funções e competências desenvolvidas pelo supervisor na escola, foi destacado pelas entrevistadas que, entre as competências mais relevantes estão o estabelecimento dos preceitos pedagógicos a serem seguidos pela instituição junto à direção; analisar, avaliar e acompanhar os planos de curso, sugerir livros e recursos audiovisuais, acompanhar as práticas metodológicas dos professores, analisando aspectos que por ventura possam atrapalhar as atividades escolares, organizar reuniões com os professores, concedendo-lhes assistência pedagógica e metodológica e, ao mesmo tempo, estimulando e sugerindo atividades que possam tornar a experiência educativa efetiva para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Supervisão, cotidiano escolar, desafios.

ABSTRACT

Every day the evolutionary dynamics of human beings in their social, political, economic and technological world constantly changes. Innovations have encountered unexpected and surprising that require organization, interest and wisdom to face them. Bringing this balance to the school environment, it is clear that managers, technical education and teachers are everyday situations that need to be defined and, most often, questioning their ideas, knowledge and values. This research aims to analyze the activities and challenges faced by the school supervisor in their daily practice. The methodological approach developed was a qualitative, descriptive character. We developed a single case study, which had as subjects of research supervisors school a school of Municipal School of João Pessoa. Upon investigation of the functions and competencies developed by the supervisor at the school, was highlighted by interviewees that among the most important skills are the establishment of educational precepts to be followed by the institution from directors, analyze, evaluate and monitor travel plans, suggest books and audiovisual resources, follow the methodological practices of teachers, analyzing aspects that perhaps could disrupt school activities, organize meetings with teachers, giving them educational assistance and methodological and at the same time, stimulating and suggesting activities that may become effective educational experience for all involved.

Key-words: Supervision, daily school challenges.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Informações das supervisoras entrevistadas.....	32
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PABEE - Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Contextualização do tema e apresentação do problema de pesquisa.....	14
1.2	Objetivos.....	15
1.2.1	Objetivo Geral.....	15
1.2.2	Objetivos Específicos.....	15
1.3	Justificativa.....	15
1.4	Estrutura da Monografia.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1	Breve histórico da supervisão escolar no Brasil.....	17
2.1.1	A supervisão escolar no Brasil Colonial e Monárquico.....	17
2.1.2	A supervisão escolar no Brasil República.....	19
2.1.3	A supervisão escolar no período da Ditadura Militar.....	21
2.1.4	A supervisão escolar no Brasil após a Ditadura Militar.....	23
2.2	O papel da supervisão escolar.....	24
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
3.1	Perguntas de pesquisa.....	30
3.2	Delineamento da Pesquisa.....	30
3.3	Caracterização do ambiente de pesquisa.....	31
3.4	Coleta e análise dos dados.....	32
4	RESULTADOS.....	34
4.1	Atividades desenvolvidas pelo supervisor.....	34
4.2	Desafios encontrados na prática cotidiana do supervisor escolar.....	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
	REFERÊNCIAS.....	43
	APÊNDICE A.....	46

1 INTRODUÇÃO

Nesta seção introdutória serão apresentadas a contextualização do tema abordado, e apresentação do problema, objetivos e justificativa da pesquisa desenvolvida.

1.1 Contextualização do tema e apresentação do problema de pesquisa

Vivencia-se a cada dia a dinâmica evolutiva do ser humano em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, o mundo se transforma constantemente. As inovações surgidas apresentam situações inesperadas e surpreendentes que demandam organização, astúcia e sabedoria para enfrentá-las. Trazendo essa ponderação ao ambiente escolar, percebe-se que gestores, técnicos em educação e professores encontram-se cotidianamente com situações que necessitam ser definidas e, na maioria das vezes, questionando suas ideias, conhecimentos e valores.

Planejamentos, reuniões pedagógicas, desenvolvimento de plano de ações ou de estudos são os elementos utilizados pelos profissionais da educação no cotidiano escolar. No entanto, nem sempre essas ferramentas são suficientes para enfrentar as variadas situações que surgem. Não existe solução pronta ou uma porção mágica para resolver as questões escolares, sempre irão surgir embates que questionarão os conhecimentos e as práticas desenvolvidas, mobilizando os profissionais a buscarem sempre melhorias e novas estratégias para desempenharem suas atividades.

Apesar da conjuntura educativa tenha passado por múltiplas mudanças ao longo dos tempos, ainda hoje a escola vivencia certos paradigmas e/ou percepções clássicas que termina intervindo na ação pedagógica. Primeiramente, como um desses dilemas podemos citar a concepção de supervisão e o relacionamento de dois elementos-chave: o professor e o supervisor. Este último é visto como um investigador ou um fiscal que visa julgar as atividades do professor, que fica sendo a vítima, tendo a sua atividade avaliada e julgada constantemente. Mas, como é a realidade no dia a dia da escola? Essa situação é comum?

Frente a isto, faz importante questionar qual papel deve ser desempenhado pelo supervisor escolar para que consigam juntamente com os professores garantir um trabalho efetivo. Esta monografia apresenta o seguinte problema de pesquisa: Quais são as atividades desenvolvidas e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa? Desta maneira, esta pesquisa teve como objetivo analisar as atividades desenvolvidas e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana na escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

De modo a alcançar o objetivo proposto, buscou-se identificar na literatura e na legislação as atribuições do supervisor escolar, bem como descrever as atividades desenvolvidas pelo supervisor escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa e por fim, conhecer as principais dificuldades vivenciadas pelo supervisor escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa;

1.2 Justificativa

A supervisão, por ser uma função tão importante dentro do espaço escolar, faz-se necessário aprofundar-se em suas peculiaridades de modo que possibilite conhecer melhor como se dá a prática pedagógica do supervisor, levando em consideração seu papel, atribuições e principalmente, suas dificuldades em desenvolver as suas funções.

Compreende-se, portanto, que esta pesquisa irá contribuir para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam nessa área, como também em outras atividades técnicas da educação, que conhecerão as vivências e desafios de colegas, levando-os a refletir sobre sua prática. A procura por um maior aprimoramento neste tema é necessário para alcançar implicações práticas para aperfeiçoar a atividade diária e buscar uma mudança na relação entre o supervisor e o restante da equipe escolar.

Do ponto de vista acadêmico, vem contribuir como mais uma reflexão para a problemática das concepções desenvolvidas sobre a supervisão, informar sobre as atividades desenvolvidas e principalmente seus desafios, para que possam ser de conhecimento de todos, podendo assim ajudar na formação e na prática dos futuros

professores. Ou seja, pretende-se desmistificar a atuação do supervisor, que não tem nenhum objetivo de desqualificar a atividade desenvolvida pelo professor, mas sim auxiliá-lo em sua prática diária, visando sempre a construção do conhecimento por parte do educando.

1.3 Estrutura da Monografia

No que diz respeito à estrutura, este trabalho contempla cinco capítulos. Neste primeiro capítulo, apresentou-se a contextualização do tema, a definição do problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa de pesquisa.

No segundo capítulo realiza-se uma revisão de literatura, abordando estudos relacionados histórico da supervisão escolar no Brasil, desde o período colonial até a contemporaneidade e sobre o papel do supervisor escolar.

No terceiro capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos. Apresentam-se as perguntas de pesquisa que motivaram o seu desenvolvimento, o delineamento da pesquisa, a escola pesquisada, os procedimentos de coleta e análise de dados.

O quarto capítulo aborda os resultados encontrados nesta pesquisa fundamentados pelo referencial teórico. No quinto e último capítulo exibem-se as considerações finais e, finalmente, são apresentadas as referências utilizadas para a elaboração desta pesquisa, seguidas pelos apêndices.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são discutidas algumas abordagens teóricas acerca da supervisão escolar. Buscando corresponder aos objetivos propostos, são abordadas as seguintes seções: Breve histórico da supervisão escolar no Brasil e o papel da supervisão escolar.

2.1 Breve histórico da supervisão escolar no Brasil

2.1.1 A supervisão escolar no Brasil Colonial e Monárquico

A organização das atividades educativas no Brasil teve início a partir da chegada dos primeiros jesuítas, em 1549. Pode-se dizer que, com o Plano de Ensino formulado pelo Padre Manuel da Nóbrega existia, assim, uma função supervisora, porém a ideia de supervisão ainda não era visível. Essa ideia supervisora só veio a manifestar-se claramente a partir de 1570, através da *Ratio Studiorum*, ou seja, o Plano Geral dos jesuítas, formado por um conjunto de regulamentos acerca de todas as atividades dos agentes ligados diretamente ao ensino, como também matérias e regras dos alunos (SAVIANI, 2007).

Explicita-se, pois, no *Ratio Studiorum*, a ideia de supervisão educacional. Ou seja, a função supervisora é destacada (abstraída) das demais funções educativas e representada na mente como uma tarefa específica para a qual, em consequência, é destinado um agente, também específico, distinto do reitor e dos professores, denominado *prefeito dos estudos*.

(SAVIANI, 2007, p. 21)

A reforma pombalina da educação pública, com o alvará de 28 de junho de 1759, ocasionou a expulsão dos jesuítas e, conseqüentemente, a extinção do seu “sistema de ensino”, passando a adotar as aulas régias. Dessa forma, a função supervisora destacada na atividade desenvolvida pelo prefeito dos estudos foi dissolvida. Tal papel passou a ser desempenhado em nível de sistema por um diretor geral de estudos e em nível local através de comissários de estudos (SAVIANI, 2007).

Ainda conforme Saviani (2007, p. 23), no período do Império, cabia ao inspetor geral a missão de “supervisionar pessoalmente ou através de delegados ou membros do Conselho Diretor todas as instituições de ensino primário e secundário, públicos e privadas”.

A partir da independência do Brasil e a organização autônoma da instrução pública ocorrida em 15 de outubro de 1827, foram fundadas as escolas das primeiras letras. A Lei deliberava a aplicação do “Método do ensino mútuo”, no qual o professor concentrava a função de docência e também de supervisão, tendo em vista que ele instruía os monitores e supervisionava as atividades de ensino desempenhadas por eles e ainda a aprendizagem dos alunos (ALMEIDA, 1989 apud SAVIANI, 2007, p. 22):

Durante as horas de aula para as crianças, o papel do professor limitou-se a supervisão ativa de círculo em círculo, de mesa em mesa, cada círculo e cada mesa tendo à sua frente um monitor, um aluno mais avançado, que ficava dirigindo. Fora destas horas, os monitores recebiam, diretamente dos professores, uma instrução mais completa, e não era raro ver os mais inteligentes adquirirem a instrução primária superior.

No entanto, esse método não perdurou. Em 1834, o Império requer que agentes específicos exerçam a função de supervisores (ALMEIDA, 1989 apud SAVIANI, 2007, p. 23):

(...) as escolas de ensino mútuo, por uma razão qualquer, não correspondem às nossas esperanças: eu me vejo obrigado a confirmar esta observação. O bem do serviço, Senhores, reclama imperiosamente a criação de um Inspetor de Estudos, ao menos na capital do Império. É uma coisa impraticável, em um país nascente, onde tudo está para ser criado, e com o péssimo sistema de administração que herdamos, que um ministro presida ele próprio aos exames, supervise as escolas e entre em todos os detalhes.

Somente em 1854, foi estabelecida nas escolas uma supervisão permanente através das reformas Couto Ferraz, na qual as atribuições do inspetor geral era supervisionar escolas, colégios, casas de educação, estabelecimentos de instrução primária e secundária, públicos e particulares. O inspetor geral incumbia-se ainda da tarefa de dirigir exames dos docentes, conferir-lhes diplomas, autorizar abertura de escolas particulares e revisão, correção e substituição de livros.

Diversas discussões foram travadas até o fim do período monárquico, nas quais as ideias convergiam sobre a precisão de articulação de todos os serviços de

educação numa coordenação nacional. No exterior, a discussão reinava acerca da estruturação e implantação dos sistemas nacionais de ensino de cada país. Nessa conjuntura, a ideia de supervisão passava a ser mais discutida e com maiores chances de ser efetivada (SAVIANI, 2007).

2.1.2 A supervisão escolar no Brasil República

No período republicano, a educação foi influenciada pelo positivismo e pela aprovação reforma de Benjamin Constant. O ensino tornou-se laico, a visão burguesa difundiu-se na escola e uma pedagogia tradicional foi adotada, enfatizando o ensino humanista da cultura geral centralizado no professor, com relações pedagógicas desenvolvidas de maneira hierárquica e vertical (PINHEIRO, 2007).

Observa-se que, inicialmente, a supervisão configurou-se como uma ideia e, somente a partir do início do século XX, passou a ser vista como profissão. Desta forma, apenas a partir desse período que muitos autores (LIMA, 2001; VASCONCELLOS, 2007; ABDULMASSIH, 2004; ABDULMASSIH; RODRIGUEZ, 2013) iniciam a descrição histórica acerca do tema.

Conforme Lima (2001), a ideia de supervisão, antes de ser apregoada no âmbito educacional iniciou-se com a industrialização. Na qual a preocupação com a produção vinha em primeiro lugar, tendo a necessidade de monitoramento e controle das atividades desenvolvidas na empresa, visando alcançar eficiência e eficácia. Na escola, inicialmente, a supervisão assumiu o mesmo caráter, ou seja, de controle e verificação das atividades docentes:

No final do século XIX e início do século XX, a supervisão passou a preocupar-se com o estabelecimento de padrões de comportamento bem definidos e de critérios de aferição do rendimento escolar, visando à eficiência do ensino. No começo do século XX, pode-se verificar a utilização dos conhecimentos científicos na melhoria do ensino e na medida dos resultados de aprendizagem dos alunos. A supervisão, então, se propõe a transmitir, explicar, aprimorar, mostrar, impor, julgar e recompensar.

(LIMA, 2001, p. 70)

A década de 20 apresenta-se no cenário educacional como uma época de grande destaque, tendo em vista os acontecimentos importantes ocorridos. Primeiramente, o surgimento dos profissionais da educação como uma nova categoria profissional e em 1925, foi criado o Departamento Nacional do Ensino e o

Conselho Nacional de Ensino através do Decreto nº 16.782-A, órgãos que seriam responsáveis pelas questões educacionais em nível técnico. Esta separação entre a parte administrativa e a parte técnica, tornou-se, portanto, condição para o aparecimento da supervisão (SAVIANI, 2007).

As ciências comportamentais passaram a receber uma maior atenção a partir de 1925 e percebeu-se uma tendência à introdução de princípios democráticos nas instituições escolares, aplicando-os inclusive, ao papel do supervisor como um líder democrático (LIMA, 2007). Para Lima (2007), a primeira referência ao surgimento da supervisão no Brasil está relacionada à Reforma Francisco Campos, através do Decreto-Lei 19.890 de 18/4/1931 com uma concepção voltada para a orientação pedagógica, desvinculada da ideia de controle e fiscalização.

A década de 30 foi marcada historicamente por questões políticas, sociais e econômicas que conseqüentemente repercutiram na educação. O recém-empossado presidente Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde Pública. O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova é lançado, sob influência do Liberalismo. O manifesto sugeria que o Estado estabelecesse um plano geral de educação e determinasse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita (MEC, 2013).

O curso de Pedagogia foi criado pelo Decreto-Lei Nº 1190 de quatro de abril de 1939, cujo objetivo era formar bacharéis e licenciados para as áreas específicas e para o setor pedagógico. O licenciado em Pedagogia necessitava fazer o curso de Didática, que o capacitava para a docência das disciplinas peculiares do Curso Normal como também formava o “técnico em Educação”, o equivalente ao Especialista em Educação, que conhecemos hoje como supervisor educacional (ABDULMASSIH; RODRIGUEZ, 2013).

Nessa situação, percebe-se que a educação vivenciava um período de mudança, adotando um caráter mais técnico, buscando racionalizar o trabalho educativo, dando importância aos técnicos, entre eles, o supervisor (PINHEIRO, 2007).

As reformas Capanema que ocorreram entre 1942 a 1946 deram continuidade ao processo de estruturação/reestruturação do ensino brasileiro que resultou posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional em 1961

(SAVIANI, 2007). A partir de 1945, foi iniciada no país sua fase de redemocratização do país, que sofre pressões internas por parte de militares apoiados por grupos das classes médias e das classes dominantes ligadas ao capital norte-americano (ABDULMASSIH, 2004). O modelo de supervisão americano que teve uma maior perpetuação no Brasil. Esse modelo foi criado no final o século XVIII como “Inspeção escolar” (VASCONCELLOS, 2007).

A ideia de supervisão como inspeção vem à tona novamente no cenário educacional brasileiro em 1950, a partir do Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABEE), criado através de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, na busca de desenvolver uma política desenvolvimentista, que apregoava a educação como uma forma de atingir a transformação social (LIMA, 2007).

O PABEE tinha por objetivo ‘treinar’ os educadores brasileiros a fim de que estes garantissem a execução de uma proposta pedagógica voltada para a educação tecnicista, dentro dos moldes norte-americanos. Alguns estados brasileiros como Minas Gerais, Goiás e São Paulo foram os principais ‘executores’ do Programa, porém esta tendência influenciou a educação e a função do Supervisor Escolar em todo o país.

(ROLLA, 2006)

Até 1960, o sistema educacional brasileiro caracterizava-se por ser centralizado e todos os estados e municípios seguiam o modelo. Em 1961, com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os órgãos estaduais e municipais auferiram mais autonomia, suavizando a centralização do Ministério da Educação e Saúde (MEC, 2013). A LDB passou a prever setores especializados para coordenar as atividades pedagógicas nas escolas como forma de buscar a execução das políticas educacionais desejadas pelos Sistemas de Ensino.

2.1.3 A supervisão escolar no período da Ditadura Militar

Em 1964, com a Ditadura Militar já instaurada no país, passou-se a desenvolver uma educação pautada pela Pedagogia Tecnicista, que tem como fundamentos o autoritarismo e a repressão, do mesmo modo que acontece em uma

organização fabril, buscando a todo o momento a burocratização, a eficiência e a eficácia.

É importante ressaltar que o ideário que orientou a formação do supervisor, especificamente, se fundamentou na pedagogia tecnicista. Que tinha como objetivo político a capacitação e o treinamento dos Supervisores e demais profissionais da educação, para atender as demandas do setor produtivo capitalista. Seguindo o modelo Taylorista implantado nas fábricas.

(MARROCO; ZANELATO, 2011)

Nessa época, foram aprovadas ainda reformas de 1º, 2º e em nível superior. Esta última resultou em mudanças no curso de Pedagogia, que passou a oferecer novas habilitações em administração, inspeção, supervisão e orientação, desta forma, a função de supervisor educacional é profissionalizada (PINHEIRO, 2007; SAVIANI, 2007). Tal panorama pode ser entendido a partir do trecho evidenciado por Vasconcellos (2007 apud URBAN, 1985, p. 5):

Sabe-se que a Supervisão Educacional foi criada num contexto de ditadura. A Lei n. 5692/71 a instituiu como serviço específico da Escola de 1º e 2º Graus (embora já existisse anteriormente). Sua função era, então, predominantemente tecnicista e controladora e, de certa forma, correspondia à militarização Escolar. No contexto da Doutrina de Segurança Nacional adotada em 1967 e no espírito do AI-5 (Ato Institucional n.5) de 1968, foi feita a reforma universitária. Nela situa-se a reformulação do Curso de Pedagogia. Em 1969 era regulamentada a Reforma Universitária e aprovado o parecer reformulador do Curso de Pedagogia. O mesmo prepara predominantemente, desde então, "generalistas", com o título de especialistas da educação, mas pouco prepara para a prática da educação.

Percebe-se, dessa forma, que a introdução da supervisão educacional na escola, traz consigo a divisão social do trabalho, ou seja, a divisão entre aqueles que refletem, deliberam, determinam e cumprem as atividades. O professor era, até então, agente completo de sua prática pedagógica. A partir disso, foi colocado entre ele e seu trabalho a figura do técnico educacional, transformando-o em um mero transmissor de conhecimentos.

Com as transformações de cunho legal sucedidas, a formação do professor e do especialista ganhava um tratamento distinto, afastando este último da formação do educador:

O especialista de educação, com um saber limitado, passou a ser um dos sujeitos determinantes, no contexto das políticas de caráter centralizadoras e totalitárias, dado que era quem operacionalizava, no interior das escolas, a ideologia dominante, especialmente através dos currículos.

(ABDULMASSIH; RODRIGUEZ, 2013, p. 5)

Em 1971 é lançada uma nova LDB. A educação torna-se obrigatória dos sete aos quatorze anos. O documento prediz ainda um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais (MEC, 2013). A Lei Nº 5292/71, também chamada de Lei Profissionalizante consolidou a obrigatoriedade do especialista da educação nos estabelecimentos de ensino. De cunho marcadamente profissionalizante, buscava preparar mão-de-obra para atuar no mercado, especializando os trabalhadores, atendendo expectativas da iniciativa pública e, principalmente, da privada.

No fim da década de 70. A classe trabalhadora principia um processo de organização em sindicatos, batalhando contra a ampla repressão inserida pelo regime militar à sociedade brasileira. Os educadores também se inseriram nessa luta, buscando reconquistar sua identidade e desvelando críticas à política educacional existente (MARROCO; ZANELATO, 2011).

2.1.4 A supervisão escolar no Brasil após a Ditadura Militar

A década de 80 inicia-se sob uma crise econômica e instaura-se a Nova República, dando início a uma nova fase no cenário nacional. Destaca-se a força ganhada pela luta operária e também por parte dos professores para reconquistar o direito de participar das questões políticas referentes à educação nacional, assim como pela recuperação da escola pública (PINHEIRO, 2007; ABDULMASSIH; RODRIGUEZ, 2013).

A I Conferência Brasileira de Educação compôs um ambiente para discussão e disseminação da compreensão crítica da educação, dando espaço no panorama educacional para a Pedagogia Crítica. O fazer pedagógico não está centralizado no educador ou no educando, mas na questão essencial da concepção do homem; está voltada para o ser humano e sua realização na sociedade e empenhada com os interesses daqueles economicamente menos favorecidos. As múltiplas e diferentes realidades vivenciadas deveriam ser abarcadas pela educação. No mundo contemporâneo, o neoliberalismo apresentou-se hegemônico, evidenciando assim exclusão cultural e social. A globalização afetou as escolas, a organização do trabalho pedagógico, professores e alunos. O papel da supervisão está focalizado para a concepção do tecnólogo do ensino e no favorecimento e aprofundamento do

ponto de vista crítico, direcionado para a formação do supervisor como agente social (PINHEIRO, 2007; ABDULMASSIH; RODRIGUEZ, 2013).

Em 1985 foi criado o Ministério da Cultura. Em 1992, uma lei federal transformou o MEC no Ministério da Educação e do Desporto e apenas em 1995, a instituição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Em 1996 foi realizada uma nova reforma na educação brasileira. Ou seja, foi criada a LDB nº 9394/96, que trouxe várias alterações às leis anteriores, com a inserção da educação infantil (creches e pré-escola). Vale destacar ainda que foi desenvolvido um capítulo específico para abordar assuntos relacionados à formação adequada dos profissionais da educação básica (MEC, 2013).

Pode-se dizer que na década de 90, a supervisão atuou na função de auxiliar na promoção e coordenação de trabalhos nos quais toda a comunidade estivesse envolvida. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, a de nº 9394/96, dá um maior respaldo para a função do supervisor quando destaca no Artº 64:

A formação de profissional de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação à critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional.

Atualmente, o supervisor desempenha um papel político, pedagógico e de liderança no ambiente escolar. Aspectos mais específicos sobre o papel e funções desenvolvidos por esse profissional na contemporaneidade será discutido no tópico seguinte.

2.2 O papel da supervisão escolar

Através de todo o apanhado histórico levantado anteriormente é possível perceber que a escola e toda a sua organização e funcionamento respondeu aos interesses da sociedade capitalista. O papel do supervisor escolar durante muito tempo foi o de reproduzidor modelo industrial no espaço pedagógico, sendo aquele que tinha uma “super visão” o inspetor das atividades desenvolvidas pelos professores, buscando detectar erros e falhas e colocar nos eixos aquilo que não estava saindo conforme o esperado, ou seja, buscava-se a “produtividade do ensino

e a constante fiscalização da eficiência da tarefa educativa, resumindo-se a tarefas burocráticas” (LOURENÇO, 2009. p. 262).

Conforme Andrade (1976), a supervisão pode ser definida como um processo que orienta a escola como um todo, objetivando alcançar suas intenções. Salientando como principal característica a orientação, coordenação e ajuda.

Nesta mesma perspectiva de orientação pedagógica, Rangel (1980), conceitua a supervisão escolar tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem é o foco da atividade. Coloca de maneira ampla que a supervisão trata-se de uma atividade de assistência ao professor através do planejamento, coordenação, controle, avaliação e atualização do desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. A construção do conhecimento por parte de todos os envolvidos é, portanto, o seu objetivo.

Alarcão (2001, p. 35), destaca o supervisor como um líder, definindo o objeto da supervisão como “o desenvolvimento qualitativo da organização escolar e dos que nela realizam seu trabalho de estudar, ensinar ou apoiar a função educativa por meio de aprendizagens individuais e coletivas, incluindo a formação de novos agentes”.

Tendo em vista a complexidade do processo de supervisão escolar, Andrade (1976, p. 11) lista alguns dos inúmeros aspectos que deve e pode adotar:

- Assistência (suprindo as deficiências técnico-docentes observadas na atuação do professor);
- Recurso (possibilitando a interpretação dos anseios e necessidade do ambiente);
- Estímulo (permitindo a melhoria das relações entre todos os elementos humanos envolvidos no processo educativo);
- Aconselhamento (utilizando maior conhecimento de métodos e recursos didáticos básicos à eficiência da ação escolar);
- Apoio (analisando e solucionando cooperativamente possíveis dificuldades oriundas de cada situação específica);
- Assessoramento (relacionando as cúpulas técnico-administrativas com as bases operacionais);
- Co-participação (vivenciando a consciência de uma ação única, visando a um objetivo comum)

De acordo com Przybylski (1985), a ideia do que se imagina ser a supervisão vem a partir das respostas das seguintes indagações: “o que é supervisão escolar?” “o que pretendo com meu trabalho como supervisor?”. As respostas podem ser

múltiplas e enfatizar mais determinadas questões em detrimento de outras, portanto, o autor sugere como definição:

Supervisão escolar é o processo que tem por objetivo prestar ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais em nível de sistema ou unidade escolar, tendo em vista o resultado das ações pedagógicas, o melhor desempenho e o aprimoramento permanente do pessoal envolvido na situação ensino-aprendizagem”.

(PRZYBYLSKI, 1985, p. 18).

Apreende-se desse conceito que, os supervisores escolares vêm orientar e acompanhar o ensino, participando desde o início das atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais, vislumbrando sempre ações pedagógicas que busquem um melhor desempenho e o aprimoramento permanente dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com Corrêa (2010), a supervisão escolar é também responsável por facilitar o desenvolvimento de projetos coletivo na escola, a gestão democrática também se realiza através de sua atividade, pois envolve professores, alunos, comunidade e Secretaria de Educação, contribuindo com o processo de ensino-aprendizagem, assessorando político-administrativamente todas as relações existentes dentro da escola.

Outro aspecto importante na prática da Supervisão Educacional no trabalho pedagógico é promover a integração e articulação de todo o processo político pedagógico onde agirá de acordo com suas competências política, humana, técnica e pedagógica, em consonância com a legislação vigente no país [...] Em sua gestão, a supervisão educacional deverá orientar na seleção de procedimentos, recursos, instrumentos metodológicos e avaliativos para a ação educacional, na elaboração do diagnóstico da realidade e na articulação entre teoria e a prática. A ideia é buscar a coerência necessária entre teoria e práxis no processo educacional mais amplo.

(CORRÊA, 2010, p.14-15)

De acordo com Oliveira (2011), o perfil de um bom supervisor contempla as seguintes qualidades: auxiliador, orientador, dinâmico, acessível, eficiente, capaz, produtivo, apoiador, inovador, integrador, cooperativo, facilitador, criativo, interessado, colaborador, seguro, incentivador, atencioso, atualizado com conhecimento e amigo. Faz-se importante desvencilhar-se do modelo

organizacional, onde as relações de poder e autoridade são verticalizadas, onde mandar e obedecer são os pré-requisitos.

“... o supervisor faz a transposição da teoria para a prática escolar, reflete sobre o trabalho em sala de aula, estuda e usa as teorias para fundamentar o fazer e o pensar dos docentes” (OLIVEIRA, 2011, p. 7). Percebe-se, portanto, que o supervisor para desenvolver seu trabalho e ser reconhecido como tal precisa criar uma atmosfera partidária ao diálogo, tanto nas relações com os professores, alunos como também os pais e os outros membros da gestão escolar.

Vasconcellos (2007) indaga sobre qual o real papel da supervisão, tendo em vista que existem inúmeras queixas surgidas no dia a dia destes profissionais sobre a necessidade de sua atuação em várias frentes, muitas vezes sozinhos, resolvendo problemas de urgência, sentido ainda o distanciamento dos docentes, lidando com desconfiança, competição, influência e poder.

Ainda conforme Vasconcellos (2007, p. 2), o autor define o papel do supervisor escolar sob duas perspectivas, uma negativa e outra positiva. A definição negativa apresenta tudo aquilo que o supervisor não é:

não é *fiscal* de professor, não é *dedo-duro* (que entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é *pombo correio* (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção), não é *coringa/tarefairo/quebra galho/salva-vidas* (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social, etc.), não é *tapa buraco* (que fica "toureando" os alunos em sala de aula no caso de falta de professor), não é *burocrata* (que fica as voltas com relatórios e mais relatórios, gráficos, estatísticas sem sentido, mandando um monte de papeis para os professores preencherem - escola de "papel"), não é de *gabinete* (que está longe da prática e dos desafios efetivos dos educadores), não é *dicário* (que tem dicas e soluções para todos os problemas, uma espécie de fonte inesgotável de técnicas, receitas), não é *generalista* (que entende quase nada de quase tudo).

No que concerne à definição positiva, um dos principais papéis desenvolvidos pelo supervisor é entender a escola como um ambiente plural, na qual irá articular a prática pedagógica e todas as necessidades da escola, sempre em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Escola.

Vasconcelos (2007) defende ainda que cabe ao supervisor ter o cuidado em sistematizar as informações do cotidiano escolar, oportunizar momentos de estudo de ordem sociológica, filosófica, levantar e organizar dados sobre os fenômenos que acontecem na escola, articular e coordenar reuniões sistemáticas para trocar

experiências. Em síntese, rompe-se com a ideia clássica de supervisão enquanto prática distanciada do ensino, voltada para o controle.

Apreende-se, portanto, que a função supervisora, atualmente configura-se através da atuação de profissionais conscientes e habilitados para resolver problemas, elaborar propostas e encarar desafios na escola da melhor maneira possível, demandando assim o olhar investigativo do supervisor escolar como um agente articulador das políticas internas e externas da escola (OLIVEIRA, 2011).

Mesmo existindo visões negativas e atitudes desacreditadas por parte da equipe escolar, e até mesmo a banalização do seu trabalho, este profissional é imprescindível na realidade escolar e não pode desistir de sua atividade, pois é transformador o resultado de sua ação, extrapolando inclusive as questões pedagógicas, pois é um articulador político ao buscar estreitar os relacionamentos com todos os elementos da comunidade escolar (OLIVEIRA, 2011).

Conforme Ferreira (2001, p. 89), a prática profissional da supervisão como trabalho de coordenação e “controle” da prática educativa que busca garantir os princípios e as finalidades da educação tem como conteúdos do seu trabalho a política, o planejamento, a gestão e a avaliação:

À política – coordenação da interpretação/implementação e da “coleta” de subsídios para o desenvolvimento de novas políticas mais comprometidas com as realidades educacionais; Ao planejamento – coordenação, construção e elaboração coletiva do projeto acadêmico/educacional, implementação coletiva, coordenação da “vigilância” sobre seu desenvolvimento e necessárias reconstruções; À gestão – coordenação, propriamente dita, de todo o desenvolvimento das políticas, do planejamento e da avaliação – projeto acadêmico/educacional, construído e desenvolvido coletivamente; À avaliação – análise e julgamento das práticas educacionais em desenvolvimento com base em uma construção coletiva de padrões que se alicerçam em três princípios/posturas intimamente relacionados: a avaliação democrática, a crítica institucional, a criação coletiva a investigação contínua.

Conforme exposto acima, é possível perceber que outras reivindicações e obrigações são impostas à supervisão que passa a edificar um novo escopo de atuação com outras aptidões, ou seja, um trabalho de coordenação, organização e controle de práticas profissionais desenvolvidas na esfera escolar, afastando-se do modelo “industrial” que o gerou.

A supervisão como prática educativa estabelece um exercício profissional que garanta os princípios de liberdade e solidariedade humana, no desenvolvimento

pleno do aluno, contribuindo para a formação de sua cidadania e qualificação para o mundo do trabalho. “Seu compromisso, em última instância, é a garantia de qualidade da formação humana que se processa nas instituições escolares, no sistema educacional brasileiro, na atual conjuntura mundial” (FERREIRA, 2001, p. 93).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, estão contemplados os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos nesta monografia. Primeiramente, são apresentadas as perguntas de pesquisa que motivaram o seu desenvolvimento. Em seguida, o delineamento da pesquisa, a caracterização da escola estudada, bem como os procedimentos de coletas de dados e análise.

3.1 Perguntas de pesquisa

Esta investigação buscou analisar as atividades desenvolvidas e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana na escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

Nesta perspectiva, o problema de pesquisa (Quais são as atividades desenvolvidas e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa?) foi investigado com o auxílio das seguintes perguntas desenvolvidas a partir dos objetivos específicos:

- Quais são as atividades exercidas pelo supervisor escolar na escola?
- Quais são as principais dificuldades que o supervisor escolar encontra em sua prática cotidiana?

3.2 Delineamento da pesquisa

Nesta pesquisa, o caminho metodológico desenvolvido foi de cunho qualitativo, de caráter descritivo. Neste tipo de pesquisa, os estudiosos estão preocupados em captar a visão da realidade (através da interação entre os indivíduos e a sociedade). A investigação é focada no processo, significado e entendimento, obtendo como resultado uma rica descrição do assunto pesquisado (MERRIAM, 1998).

As pesquisas qualitativas propiciam ainda ao pesquisador a construção de uma ampla visão sistêmica do contexto estudado através do convívio com os

indivíduos, grupos, sociedades ou organizações. Este tipo de pesquisa é indicado para desenvolvimento de estudos de caráter exploratório, descritivo e também para a compreensão das relações sociais e culturais empreendidas dentro das organizações (GODOY, 1995).

Os estudos qualitativos preocupam-se fundamentalmente com o “estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural” (GODOY, 1995, p. 62). A pesquisa qualitativa possui diversos tipos ou orientações, cuja denominação varia conforme o autor: “estudo qualitativo básico ou genérico, etnografia, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso” (MERRIAM, 1998, p. 10).

Yin (2010) comenta que a metodologia de estudo de caso é comumente desenvolvida em áreas como psicologia, antropologia, sociologia, educação, administração, medicina, direito, entre outros. Outra colaboração do estudo de caso é a possibilidade dada ao investigador de compreender e descobrir novos significados, permitindo-lhe repensar o fenômeno investigado (GODOY, 2006).

A partir do objeto de pesquisa proposto neste trabalho e pela preocupação com o processo de pesquisa e o entendimento do fenômeno como um todo na sua complexidade, o caráter descritivo foi o mais indicado para este tipo de investigação (GODOY, 1995). A utilização da abordagem qualitativa justificou-se também pelo tipo de pergunta de pesquisa levantada neste trabalho, a ausência de controle dos eventos comportamentais por parte do investigador e o enfoque sobre os eventos contemporâneos (YIN, 2010).

3.3 Caracterização do ambiente de pesquisa

Os profissionais da área de supervisão escolar fazem parte do corpo técnico de profissionais de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, localizada em uma das principais avenidas do bairro Bessa. É uma escola que pertence ao Polo 6, conforme a divisão da Secretaria Municipal de Educação e fornece serviços educacionais para primeira fase do ensino fundamental, que funciona na modalidade integral, atendendo 370 alunos. À noite, funciona na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), com cerca de 80 alunos.

Quadro 1

Informações das supervisoras entrevistadas

Supervisora	Formação	Tempo de experiência na educação	Tempo de atuação na escola analisada
1	Pedagoga – especialista em supervisão escolar	25 anos	20 anos
2	Pedagoga – especialista em supervisão escolar	23 anos	1 mês
3	Pedagoga – Especialista em Metodologia do Ensino	11 anos	3 anos

Fonte: Elaboração própria.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental pesquisada possui em sua equipe de profissionais da coordenação pedagógica um total de quatro supervisoras pedagógicas. Para a pesquisa, foram entrevistadas apenas três supervisoras, tendo em vista que uma estava gozando de férias no período em que foi realizada a pesquisa. Foram duas supervisoras do período diurno e uma do período noturno.

3.4 Coleta e análises dos dados

A técnica de coleta de dados utilizada no desenvolvimento desta pesquisa foi a entrevista semi estruturada. Conforme Merriam (1998, p. 91), “a entrevista é frequentemente a principal fonte de dados qualitativos necessários para o entendimento dos fenômenos estudados”.

A entrevista semiestruturada pode ser empregada como um guia para auxiliar o entrevistador e o respondente no foco relacionado ao problema em questão (FLICK, 2004). Conforme Bogdan e Biklen (1994, p. 134), é utilizada para “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Ou seja, permite ao pesquisador um maior acompanhamento da evolução da pesquisa, permitindo que sejam feitas algumas intervenções ao longo da entrevista e até direcionando-a.

As entrevistas foram fundamentadas em um roteiro de tópicos elaborado a partir do referencial teórico desenvolvido, anteriormente, à luz dos objetivos propostos pela pesquisa (Apêndice A). Cada supervisora foi entrevistada uma vez. Todas as entrevistas aconteceram na cidade de João Pessoa, No mês de julho de 2013, dentro das dependências da escola. As entrevistas não puderam ter seu áudio

gravado. As respostas das perguntas, portanto, foram anotadas pela pesquisadora e posteriormente analisadas.

Em pesquisas qualitativas, a coleta e análise de dados são atividades que devem ser desenvolvidas de modo simultâneo para uma melhor aplicação das informações colhidas. “A análise inicia-se com a primeira entrevista, a primeira observação e a leitura do primeiro documento” (MERRIAM, 1998, p. 151). É nesta fase em que se inicia o complexo processo de interpretação e dedução dos dados, em busca de significados, percepções e entendimentos que irão formar os resultados da investigação (MERRIAM, 1998).

Para lidar com a grande quantidade de informações extraídas na pesquisa, fez-se importante desenvolver uma sistematização das informações que auxiliaram na interpretação dos dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Foram formuladas categorias que abarcassem os aspectos do fenômeno em investigação (MERRIAM, 1998). Foram criadas duas categorias – atividades desenvolvidas e desafios – que nortearam, portanto, a interpretação dos dados para o alcance dos objetivos propostos.

O próximo capítulo contempla os resultados encontrados na pesquisa, apresentado os principais achados na investigação desenvolvida.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados dos dados coletados junto aos supervisores escolares da Escola Municipal pesquisada, localizada no bairro do Bessa, Zona Norte da cidade de João Pessoa – PB.

A Escola pesquisada, por oferecer os dois tipos de modalidade de ensino possui algumas características bastante peculiares. Primeiramente, por situa-se em um bairro considerado nobre na cidade, de perfil de classe média a alta. No entorno da escola existe casas e prédios residenciais de grande porte, vários comércios como bares, mercadinhos, farmácias, igrejas e padaria.

A comunidade escolar atendida possui alunos de diversas classes sociais, apresentando assim realidades econômicas e socioculturais variadas. Estudam na escola crianças que moram no bairro, que os pais têm carro, moram em casa própria e tem condições de levar o lanche de casa. Ao mesmo tempo, a escola possui alunos que vão à escola a pé, de bicicleta ou de ônibus, que moram em comunidades humildes e violentas localizadas no entorno do bairro, e em vários casos, os pais encontram-se em detenção e são usuários de entorpecentes.

No período noturno, em que são oferecidas as aulas na modalidade EJA, existe uma grande quantidade de estudantes que não são residentes permanentes do bairro, mas sim profissionais como pedreiros, serventes e empregadas domésticas que trabalham nas redondezas e no período que estão trabalhando frequentam a escola e assim que mudam de emprego ou de obra abandonam o curso. À noite foi evidenciado que existe uma grande rotatividade e evasão de alunos.

4.1 Atividades desenvolvidas pelo supervisor (atribuições do supervisor escolar)

Ao investigar a respeito das funções e competências desenvolvidas pelo supervisor na escola, foi destacado pelas entrevistadas que, entre as competências mais relevantes estão o estabelecimento dos preceitos pedagógicos a serem seguidos pela instituição junto à direção; analisar, avaliar e acompanhar os planos

de curso, sugerir livros e recursos audiovisuais, acompanhar as práticas metodológicas dos professores, analisando aspectos que por ventura possam atrapalhar as atividades escolares, organizar reuniões com os professores, concedendo-lhes assistência pedagógica e metodológica e, ao mesmo tempo, estimulando e sugerindo atividades que possam tornar a experiência educativa efetiva para todos os envolvidos.

Ao questionar as supervisoras sobre as atribuições que um supervisor escolar possui no ambiente escolar, as respostas foram:

- Coordenar e organizar os trabalhos de forma coletiva na escola;
- Prestar orientação e assistência aos professores (fornecendo aos docentes sugestões de materiais assim como novas metodologias no intuito de melhorar a prática pedagógica);
- Acompanhar o desenvolvimento da proposta pedagógica da escola e o trabalho do professor junto ao aluno, auxiliando em situações adversas;
- Planejamento de atividades pedagógicas;
- Realização de reuniões pedagógicas;
- Verificação de diários e registro de atividades;
- Elaboração de horários e programações junto com a direção escolar;

Tais achados estão em consonância com as descrições dos papéis elencados pelos autores na revisão de literatura (ANDRADE, 1976; RANGEL, 1982; PRZYBYLSKI, 1985; ALARCÃO, 2001; FERREIRA, 2001; VASCONCELOS, 2007; CORRÊA, 2010).

As entrevistadas ressaltaram ainda que realmente, as atividades desenvolvidas pelos supervisores tinham um caráter fiscalizador, de desenvolvimento de tarefas burocráticas, atrapalhando assim a imagem do supervisor frente os outros membros da comunidade escolar, principalmente os professores. O depoimento dessas supervisoras demonstra relação com as informações levantadas no breve histórico sobre a atuação da supervisão voltada para a prática fiscalizadora.

Reconhecendo essa “fama” da supervisão, a supervisora complementou em seu discurso que essa prática hoje em dia não funciona, pois a primeira coisa que

buscam é ajudar o professor, fazer com que o corpo docente sinta que podem trabalhar de mãos dadas com a supervisão para buscar, assim, a qualidade no ensino, que o educando consiga construir conhecimento. O autoritarismo e a fiscalização não faz parte do cotidiano destas profissionais na escola.

Percebe-se, portanto, que todas as entrevistadas possuem real conhecimento sobre as atribuições concernentes à função que ocupam dentro do espaço escolar e isso mostra-se verdadeiramente importante, pois o desconhecimento do seu papel e importância dentro do âmbito escolar trouxe inúmeros problemas ao exercício da função supervisora dentro das escolas (RANGEL, 1980; LOURENÇO, 2009; CORRÊA, 2010, OLIVEIRA, 2011).

Quando questionadas sobre o cumprimento da função da supervisão na escola, as opiniões das entrevistadas tiveram em comum comentários sobre o fator tempo, que se apresentou como um obstáculo para a função de supervisor, tendo em vista que são muitas as atribuições e demandas dentro do espaço escolar. Mas também divergiram em alguns aspectos, quando uma das supervisoras comentou que alguns professores apresentam resistência em colocar em prática as sugestões colocadas acerca de práticas metodológicas.

No tocante à relevância da supervisão educacional, todas consideraram a supervisão escolar como um elemento chave na educação, tendo em vista que o objetivo final é a aprendizagem dos alunos, sendo que eles conseguem isso através do relacionamento com os professores, trabalhando em conjunto para buscar coletivamente melhorias, trazendo materiais alternativos, sugerindo novas práticas metodológicas visando dinamizar as aulas e aumentar o interesse por parte dos alunos e ajudando a diminuir o fardo e angústias dos professores (ANDRADE, 1976; RANGEL, 1982; PRZYBYLSKI, 1985; ALARCÃO, 2001; FERREIRA, 2001; VASCONCELOS, 2007; CORRÊA, 2010). Destacaram ainda a importância do planejamento, pois sem ele, as aulas seriam soltas, sem objetivos, não teriam interdisciplinaridade e o trabalho não seria de equipe.

Com relação a atividades que gostariam de desenvolver e que ainda não realizaram, apenas a supervisora da noite destacou um projeto que gostaria de colocar para frente, relacionado à utilização do laboratório de informática e os alunos da EJA. O projeto propõe que todas as disciplinas uma vez por semana utilizem o laboratório de informática para desenvolver atividades práticas, trabalhando dessa forma a multidisciplinaridade e também inserindo esses alunos na realidade

tecnológica. Porém, poucos são os professores que aderiram à ideia, pois não querem mudar suas práticas metodológicas e são resistentes às sugestões apresentadas pela supervisão.

4.2 Desafios encontrados na prática cotidiana do supervisor escolar.

Além de conhecer sobre as atividades desenvolvidas pelos supervisores escolares, esta pesquisa buscou ainda conhecer quais são os maiores desafios apresentados a prática cotidiana desses profissionais.

Apesar de estar bem claro tanto na literatura quanto nos discursos das entrevistas sobre quais são as responsabilidades e funções desenvolvidas pelos supervisores na escola, a dificuldade de desenvolver suas atividades são realidades que não se pode negar.

As principais dificuldades listadas pelos profissionais da escola investigada foram:

- O baixo conhecimento por parte dos professores sobre a função do supervisor na escola, atrapalhando o supervisor a desempenhar a exercer sua função, atingindo os seus reais objetivos, sobrando-lhe pouco tempo para resolver grande quantidade de problemas;

O desconhecimento sobre o papel do supervisor dentro da escola ou até mesmo o ranço histórico de “fiscal” dos docentes ainda existe para alguns professores que possuem inicial resistência em trabalhar em conjunto com os supervisores. Achando que estes irão buscar dificultar e aumentar seu trabalho. Apesar de a teoria fundamentar o papel de auxiliador e facilitador das atividades docentes e educativas de modo geral (ANDRADE, 1976; RANGEL, 1982; PRZYBYLSKI, 1985; ALARCÃO, 2001; FERREIRA, 2001; VASCONCELOS, 2007; CORRÊA, 2010), encontrou-se no local investigado que ainda existem professores que resistem à supervisão pedagógica. Mesmo sendo em número reduzido, os resultados poderiam ser mais satisfatórios se fosse encontrado a participação e aceitação de todos.

- Resistência dos professores em relação à participação dos supervisores no planejamento das aulas e principalmente com relação às sugestões sobre práticas metodológicas, sendo esse um dos tópicos mais críticos, pois ninguém gosta de ter sua metodologia questionada, mesmo quando os resultados alcançados pelos alunos não são satisfatórios. Essa resistência é muito mais frequente entre os professores das áreas de licenciaturas, que atuam principalmente na EJA;

Esse ponto pode ser apontado como um dos mais críticos, principalmente pela realidade encontrada na escola. A escola funciona o dia inteiro, sendo que manhã e tarde oferece educação voltada para o ensino infantil e na equipe trabalham três supervisoras, sendo uma pela manhã, outra em horário intermediário e uma terceira no período da tarde. Já à noite, trabalha apenas uma supervisora, que enfrenta desafios iniciais com o corpo de professores de EJA, no qual alguns estão em situação próxima à aposentadoria e não receberam formação voltada para ensinar à EJA, encontrando, portanto, dificuldades em sala de aula, principalmente no que diz respeito às metodologias de ensino para esse público. Um trabalho de supervisão solitário torna-se inexpressivo (VASCONCELLOS, 2007).

- Baixo apoio por parte da gestão escolar. A gestão democrática é bastante debatida, mas ainda é necessário avançar mais no sentido prático, o discurso democrático é comum e presente. Ações democráticas efetivas se fazem necessárias para que o supervisor não atue sozinho e desamparado;

Esse item é bastante relevante, pois demonstra ainda que é necessário caminhar muito acerca da prática da gestão democrática. As discussões no plano teórico são muitas, mas necessitam-se de que esse discurso venha para a realidade. A existência do Plano Político Pedagógico é um grande avanço, mas para a execução plena da democracia na escola, nenhum profissional pode sentir que está trabalhando de modo solitário.

- Falta de interesse e participação dos pais na vida escolar dos filhos. A ausência da família no espaço escolar prejudicam todas as atividades que são desenvolvidas, pois, o objetivo final da atividade de supervisores, professores e todos os demais profissionais da educação é a aprendizagem, a construção do conhecimento por parte do educando, porém, a maioria dos pais se isenta e ausenta da responsabilidade de educar os filhos e participar de sua vida acadêmica. Nas reuniões de pais e mestres, poucos comparecem.

O supervisor atua como um agente articulador das políticas internas e externas da escola (OLIVEIRA, 2011), portanto, uma gestão democrática escolar precede da participação de todos os envolvidos. A terceirização da educação dos filhos é uma prática recorrente, tendo em vista que as crianças estão passando mais tempo na escola do que em casa, em contato com a família. Essa distância é evidenciada ainda mais com o desinteresse dos pais pelo acompanhamento da educação dos filhos, tornando ainda mais difícil a prática da gestão democrática, tendo em vista que as famílias são atores fundamentais nesse processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a educação não é uma área de estudo que possa ser abarcado sob um paradigma simples. As questões educacionais, principalmente em nosso país, perpassaram historicamente e politicamente por diversas fases e ainda estamos muito aquém daquilo que é proposto na legislação e nas diretrizes curriculares nacionais.

O campo de atuação do pedagogo é amplo e requer uma formação abrangente. Essa necessidade de formação ampla já demonstra a complexidade teórica e prática a ser enfrentada por todos aqueles que fazem parte do processo educativo.

O presente estudo procurou desenvolver uma reflexão sobre a prática da supervisão escolar na escola pública de João Pessoa. Buscou-se conhecer a realidade dos supervisores escolares na escola pública em seu dia a dia através das atividades desenvolvidas e também os desafios enfrentados para colocar em prática sua profissão.

Há muito são desenvolvidas diversas pesquisas, publicação de grandes obras acerca da supervisão, habilitações e especializações na área. Apesar de saber que a supervisão escolar é uma das muitas possibilidades de atuação do pedagogo, é possível visualizar que existem muitas questões acerca da temática.

Enquanto estudante de Pedagogia, sempre me intrigou durante as disciplinas, principalmente na reta final do curso, a discussão acerca do profissional da supervisão escolar, sendo sempre debatido como um importante elemento dentro do contexto da gestão escolar e a busca por um ensino público de qualidade. No entanto, minha curiosidade sobre a vivência prática do que estava sendo discutido era muito maior.

Durante a realização da pesquisa foi possível perceber que, apesar de ser um profissional da educação reconhecido pela LDB, a figura do supervisor não está presente na realidade das escolas públicas. Infelizmente, nem todas as instituições públicas dispõem deste profissional em seu quadro de técnicos educacionais, apresentando uma situação crítica: ou a escola não tem um supervisor ou então, muitas vezes alguém faz o seu papel dentro da escola.

Acredita-se, portanto, que essa realidade atrapalha e muito o desenvolvimento da profissão do supervisor, pois pode acabar sendo uma atividade desenvolvida de maneira incoerente e por uma profissional que não está capacitado para exercer tal função, resultando assim na realização incompleta ou indevida de suas atribuições e funções.

De maneira geral, foi possível apreender que a supervisão escolar é uma função fundamental e necessária dentro da realidade escolar, pois auxilia os professores e apoia também a administração da escola, principalmente na resolução e enfrentamento dos problemas. Desta maneira, todos os envolvidos no processo educativo desde os alunos, pais, professores e outros profissionais da educação e a sociedade em geral são beneficiados.

Promover a integração dos profissionais da educação, examinar experiências e identificar as dificuldades destes, buscando motivar e orientar sempre, bem como participar e conduzir reuniões pedagógicas, ser um mediador, são as principais atribuições dos supervisores escolares. O resultado final de seu trabalho é obtido através do conhecimento produzido pelo aluno, ou seja, o desenvolvimento intelectual do aluno é o objetivo maior.

O supervisor escolar para cumprir sua função de articulador da prática pedagógica deve ser um profissional devidamente capacitado e preparado para executar tal função, tendo em vista seu profundo conhecimento e acerca das questões pedagógicas e também de gestão do processo ensino-aprendizagem.

O ensino público do Estado Paraíba necessita e muito de profissionais que atuem na supervisão escolar, ainda é muito pequeno o número de supervisores atuando. Além da realização de concursos públicos para suprir a demanda, faz-se necessário também desenvolver periódicas atividades que promovam o aperfeiçoamento contínuo, já que inúmeros novos desafios e barreiras são vivenciados todos os dias.

A escola pesquisada é privilegiada por ter uma equipe formada por quatro supervisores, porém, que buscam cada um em seus turnos e modalidades de ensino vencer as barreiras da resistência por parte dos professores e demais profissionais para buscarem efetivas práticas e a qualidade do ensino na instituição.

Contata-se, portanto, que para que a educação progrida são necessários esforços das mais diversas áreas. Primeiramente, compromisso por parte dos governantes. Segundo, motivação profissional e comprometimento daqueles que

fazem parte da educação, esses devem ser os primeiros a acreditar que seu trabalho pode fazer a diferença e o desenvolvimento de seus projetos pedagógicos poderão trazer melhorias ao processo educativo.

Como sugestões para futuras pesquisas, seria interessante desenvolver estudos acerca importância da supervisão escolar do ponto de vista dos demais profissionais da educação, para justamente compreender que ideia estes outros elementos do processo educativo têm dos supervisores e também fazer um levantamento do perfil dos supervisores escolares atuantes na rede municipal de ensino da cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, N. V. **Supervisão em educação**: um esforço para melhoria dos serviços educacionais. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

ABDULMASSIH, M. B. F.; RODRIGUEZ, M. V. **O especialista e a supervisão educacional: um mergulho nas raízes históricas**. Disponível em:

< http://www.uniesc.com.br/dl_file.php?arquivo=download/txt_66_20100331_032014.doc&esc_id=2&arg_id=66 > Acesso em 21/06/13.

ABDULMASSIH, M. B. F. **A Supervisão educacional nas escolas municipais: uma experiência no município de Ituiutaba-MG**. Dissertação (mestrado). Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2004.

BOGDAN, R. C., BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

CORRÊA, R. S. **A formação do supervisor educacional do Rio de Janeiro**: perfil, competência e ação. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2010.

FERREIRA, N. S. C. Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, M. (org.) **Supervisão Pedagógica**: princípios e práticas. Campinas: São Paulo, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 2, p.57-63, São Paulo, 1995a.

_____. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (orgs.) **Pesquisa Qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LOURENÇO, R. V. O supervisor escolar e a sua relação com o processo educativo. **Anuário da Produção Acadêmica Docente**. v. 3, n. 4, p. 261-269, 2009.

MEC. Institucional – O MEC. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171.
 Acesso em 04/07/2013.

MARROCO; M. A. P.; ZANELATO; E. **Supervisão Escolar: um olhar para o contexto histórico brasileiro**. 2011. Disponível em:
<http://www.partes.com.br/educacao/supervisaoescolar.asp>. Acesso em
 22/06/2013.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case studies applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

PRZYBYLSKI, E. **O supervisor escolar em ação**. Porto Alegre: Sagra, 1985.

OLIVEIRA, E. G. A função do pedagogo como supervisor escolar. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas EDUVALE**. Ano 4, v. 6, nov. 2011.

PINHEIRO, C. T. A supervisão educacional no Brasil em perspectiva histórica e política. **Recanto das letras**, 2007.
 <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/621388>> Acesso em 21/06/2013.

RANGEL, M. **Supervisão pedagógica: um modelo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

RANGEL, M. **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. Campinas-SP: Papirus, 2006.

ROLLA, L. C. S. **Liderança educacional**: um desafio para o supervisor escolar. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

SAVIANI, D. **A supervisão educacional em perspectiva histórica**: da função à profissão pela mediação da ideia. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) Supervisão educacional para uma escola de qualidade. São Paulo: Cortez, 2007.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Cap.4. São Paulo: Libertad Editora, 2007.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ALUNA: Amanda de Albuquerque Queiroga – Matrícula 10416143

Prof. Orientador: Galdino Toscano de Brito Filho, Dr.

Problema de pesquisa:

Quais são as atividades e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa?

Objetivo Geral

Analisar as atividades e os desafios enfrentados pelo supervisor escolar em sua prática cotidiana na escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

Objetivos Específicos

- a) Identificar na literatura e na legislação as atribuições do supervisor escolar;
- b) Descrever as atividades desenvolvidas pelo supervisor escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa;
- c) Conhecer as principais dificuldades vivenciadas pelo supervisor escolar em uma escola da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa;

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Há quanto tempo atua na área?
- 3) Há quanto tempo atua nesta escola?
- 4) Quantos e quais são os profissionais da coordenação pedagógica que atuam nesta escola?
- 5) Em sua opinião, qual a função e/ou atribuições do supervisor escolar?
- 6) Essa função, na sua escola, é cumprida?
- 7) Quais são as atividades desenvolvidas pela supervisão escolar nesta instituição?
- 8) Qual a relevância da supervisão escolar? Por quê?
- 9) Que atividades você gostaria de desenvolver na escola?
- 10) Quais os principais entraves ou dificuldades vivenciadas no desenvolvimento das atividades do supervisor?